

A construção da memória e a condição da perda

Simone Moschen Rickes*

Resumo

Na companhia de autores como Benjamin (1936), Freud (1925) e Lacan (1959-60), o presente artigo propõe pensar as conseqüências éticas de um entendimento da memória como produção. Desta feita, contrapõe-se à noção de memória como recuperação de traços inscritos e passíveis de serem acessados em um suposto depósito psíquico das recordações. A distinção entre produção e recuperação, no que tange às discussões sobre a memória, tem como horizonte o fomento de um debate sobre as conseqüências éticas da consideração do conceito de experiência como um articulador importante das propostas de ações que visem à formação do psicólogo.

Palavras-chave: Memória; Experiência; Psicanálise; Formação.

Memory construction and loss condition

Abstract

In the company of authors like Benjamin (1936), Freud (1925) and Lacan (1959-60), this article aims to consider the ethical consequences of understanding the memory as a production. So, it opposes to the notion of memory as a recovery of inscribed traits, which could be accessed in a supposed psychic deposit of memories. The distinction between production and recovery, related to the discussions about memory, has as a horizon the promotion of a debate about the ethical consequences of the consideration of the concept of experience as an important articulator to the proposals of actions which aim the psychologist's formation.

Keywords: Memory; Experience; Psychoanalysis; Formation.

Situando o leitor

O trabalho em que o leitor inicia seu percurso constitui-se no texto¹ apresentado em um encontro promovido por estudantes do curso de graduação em Psicologia da UFRGS, como marco de fechamento de uma experiência de dois anos de estágio de Psicologia Social e Institucional. Este evento, aberto ao público, foi nomeado pelo grupo de *Parar para pensar: o conto da experiência* e se desenvolveu como atividade em que cada aluno expôs os efeitos de sua trajetória de estágio. É em estreita articulação com o contexto de sua atualização que esta fala/texto se produziu, interrogando as conseqüências éticas, para a formação dos futuros psicólogos, de uma certa perspectiva da noção de experiência em sua articulação com a produção da memória.

Experiência: estruturação de um lugar de onde falar

O título do encontro no qual este texto se inscreve posiciona, desde cedo, elementos que nos permitem trabalhar; pois que se escolha as palavras *conto* e *experiência* – articuladas – para nomear o trabalho de encerramento de um tempo de estágio não é qualquer coisa... Nosso fazer de psicólogo, nosso fazer de

palavras, não nos permite negligenciar o peso que elas têm, a sua importância. Freud (1915) dizia, ao contrapor a prática analítica à prática da medicina, que se nesta se tratava de algo a *ver*, naquela se tratava somente da troca de palavras. O “somente” se situa aí por conta de uma certa ironia, uma vez que na seqüência da conferência em que estabelece esta comparação o autor irá referir:

As palavras originalmente eram mágicas e até os dias atuais conservam muito do seu antigo poder mágico. Por meio de palavras uma pessoa pode tornar outra jubilosamente feliz ou levá-la ao desespero, por palavras o professor veicula seu conhecimento ao aluno, por palavras o orador conquista seus ouvintes para si e influencia seu julgamento e decisões. Palavras suscitam afetos e são, de modo geral, o meio de mútua influência entre os homens. Assim, não depreciaremos o uso das palavras [...]. (Freud, 1915, p. 19)

Como humanos, somos seres de palavras. Não que a usemos para comunicar algo que já tenhamos estabelecido em pensamento, mas são elas o tecido do próprio pensamento. De certa forma, é quase como se pudéssemos dizer que não somos nós que usamos as palavras, mas são elas que nos usam, que nos forjam, elas são a matéria-prima do tecido de que somos feitos.

* Endereço para correspondência:
E-mail: simone.m.r@via-rs.net

Sua tessitura única nos singulariza. Por isso, inserir neste tear (cujo vai-e-vem do fuso quer estabelecer um ponto de fechamento de um tempo de estágio) os fios da experiência e da contação anuncia, auspiciosamente, a confecção de um raro tecido.

Paremos para pensar sobre a palavra experiência. Jorge Larrosa (2002) fez um interessante trabalho a respeito de sua etimologia:

A palavra experiência vem do latim experiri, provas (experimental). A experiência é em primeiro lugar um encontro ou uma relação com algo que se experimenta, que se prova. O radical é periri, que se encontra também em periculum, perigo. A raiz indo-européia é per, com a qual se relaciona antes de tudo a palavra travessia, o percorrido, a passagem: peirô, atravessar; pêra, mais além; peraô, passar através, perainô, ir até o fim; pêras, limite. [...] A palavra experiência tem o ex de exterior, de estrangeiro, de exílio, de estranho e também o ex de existência. A experiência é a passagem da existência, a passagem de um ser que não tem essência, ou razão, ou fundamento, mas que simplesmente “ex-iste” de uma forma sempre singular, finita, imanente, contingente [...] a palavra experiência contém inseparavelmente as dimensões de travessia e perigo. (p. 25, grifos nossos)

Certamente, se dispor a narrar os efeitos de um primeiro momento de práxis no qual nos vemos demandados a suportar o peso do significante psicólogo é se propor a compartilhar os efeitos da travessia de um perigo. Propor-se a este compartilhamento não se situa, necessariamente, na ordem da bravura ou da coragem, mas pode sustentar-se na aposta de que, ao nos contarmos algo nessa travessia possamos, através deste contar, encontrar e tecer o lugar que, nele, foi e é de cada um. A aposta no contar-se na experiência – que, vale dizer, é em si mesmo a produção de uma experiência – contém o desejo de que esse ato traga como efeito o adensamento de nosso lugar de sujeitos capazes de empreender a travessia de um perigo donde sairemos expandidos em nossa possibilidade de sustentar a ampliação do espectro do viver e do contar.

Walter Benjamin (1936) ocupou-se de forma muito minuciosa da noção de experiência; ocupou-se dela para nos dizer de sua rarefação. Em seu trabalho intitulado *O narrador – considerações sobre a obra de Nicolai Leskov*, ele relaciona a queda da experiência à dilatação da importância dada à informação; dilatação esta em íntima relação com o aumento da geração e da disseminação de sua produção. No início do século, Benjamin assistia a um processo em que cada vez maior número de informações era gerado e tornado público em uma

velocidade que se incrementava – e se incrementa – a cada dia. A reflexão sobre este processo lhe permitiu afirmar que o adensamento da experiência não tem relação alguma com o aumento da informação. Não é porque somos mais ou melhor informados que temos constituído ou alterado nosso lugar de sujeitos da experiência. Na verdade, poder-se-ia, no limite, dizer que experiência e informação são dois lados opostos de uma gangorra. Quanto mais uma se inflaciona, mais a outra decresce.

Se a arte da narrativa é hoje rara, a difusão da informação é decisivamente responsável por esse declínio. Cada manhã recebemos notícias de todo o mundo. E, no entanto, somos pobres em histórias surpreendentes. A razão é que os fatos já nos chegam acompanhados de explicações. Em outras palavras: quase nada do que acontece está a serviço da narrativa, e quase tudo está a serviço da informação. (Benjamin, 1936, p. 203)

Se tomássemos, em companhia de Benjamin (1936) e Larrosa (2002), a experiência como aquilo que se passa conosco, como aquilo que nos acontece, poderíamos fazer o trocadilho de que muita coisa se passa sem nada se passar conosco; muita coisa passa por nós sem que nada faça marca, sem que nada produza memória. Reflitamos um instante sobre nossa vinda para este encontro – ou sobre os percursos empreendidos hoje pelo leitor, antes de iniciar esta leitura: quanta coisa se passou no caminho, na passagem de nosso lugar de partida até chegarmos a esta sala. Quanta coisa se passou e nós, como o Mr. Magoo² dos desenhos infantis, não nos demos conta dos perigos. Atravessamos o percurso, mas sem registrar os perigos. E uma experiência, ao julgar pela etimologia da palavra, se dá na confluência do perigo e da travessia.

Se pensarmos, então, em nossos deslocamentos cotidianos, na vinda para este lugar e nas outras travessias que fazemos pela cidade, e nos ocuparmos de indagar sobre o que disso tudo faz memória, certamente nos surpreenderemos. Muito pouco do que se passa conosco na rua ganha registro, isso porque, ao sairmos em direção a um lugar, mesmo que tenhamos que atravessar o tempo e o espaço do deslocamento, não são raras as vezes em que o instante da partida coincide com o instante da chegada. Partimos e chegamos no mesmo momento, pois nossa atenção se vê suspensa do deslocamento para antecipar os acontecimentos que se sucederão na seqüência da chegada. Nossos corpos não acompanham essa velocidade e vagam desabitados pelas ruas. Ainda, dirão alguns, não podemos teletransportar nossos corpos, mas psicicamente viajamos no tempo e no espaço. Por conta dessa velocidade de deslocamento psíquico, deixamos de fazer a travessia, saímos de um ponto e estamos em outro. Não há percurso entre eles, não há algo entre eles. Há contração

do espaço e do tempo, há troca de canal que economiza a travessia e suspende a duração necessária para que coisas nos aconteçam, para que coisas se passem conosco. “Nunca se passaram tantas coisas, mas a experiência é cada vez mais rara” (Larrosa, 2002, p. 21).

Poder construir um tempo de fechamento de um trabalho de estágio desde a perspectiva da experiência e de sua narrativa, e não desde a produção e disseminação da informação, diz da tomada de uma posição ética frente à formação do psicólogo, posição que penso preciosa e que, por isso, não pode nos passar despercebida. Há na escolha da palavra “experiência” a alusão à travessia do perigo implicada na práxis da escuta de uma alteridade. Está também implicada na escolha por esta nomeação a separação entre informação e formação; a proposição de que formar não é igual a informar. Formar é algo maior, mais abrangente e, às vezes, até mesmo de outra natureza. Pois, em muitas situações, a formação passa por construir o lugar psíquico necessário para suportar a falta de informação.

Situar a reflexão na experiência é também pôr o acento no singular, no trabalho de cada um que se tece no tempo; trabalho de produzir a conexão significativa entre os acontecimentos, trabalho de contar e se contar neles diante dos pares, colegas também ocupados em tecer, no tempo, o seu lugar na experiência.

O tempo é companheiro inseparável da memória. A velocidade que se acelera e que pede a cada momento a produção de uma novidade obstaculiza o trabalho da memória e resiste à estruturação de um sujeito da experiência. Poderíamos dizer que

o sujeito moderno não só está informado e opina, mas também é um consumidor voraz e insaciável de notícias, de novidades, um curioso impenitente, eternamente insatisfeito. Quer estar eternamente excitado e já se tornou incapaz de silêncio. Ao sujeito do estímulo, da vivência pontual, tudo o atravessa, tudo o excita, tudo o agita, tudo o choca, mas nada lhe acontece. Por isso a velocidade e o que ela provoca, a falta de silêncio e de memória, são também inimigas mortais da experiência. (Larrosa, 2002, p. 23, grifo nosso)

Conforme nos alerta Benjamim, numa bela metáfora, “O tédio é o pássaro de sonho que choca os ovos da experiência. O menor sussurro nas folhagens o assusta. [...] Quanto mais o ouvinte se esquece de si mesmo mais se grava nele o que é ouvido” (1936, p. 204-5, grifos nossos).

Memória e criação

Benjamin estabelece, nas palavras que acima recuperamos, uma ligação que vai nos interessar trabalhar: “quanto mais o ouvinte se esquece de si mesmo, mais se

grava nele o que é ouvido”. O trabalho da memória se faz sustentado por seu avesso, o esquecimento. Como num bordado delicado, cada vez que trilhamos os caminhos de volta ao traço mnêmico inscrito, deixamos um rastro visível no direito de nosso tecido psíquico que, em linguagem psicanalítica, chamariamos de consciência. A trilha deixada pela procura, tal qual as marcas das pegadas na areia, configurará o contexto onde o traço (re)encontrado será produzido enquanto um traço capaz de engendrar um sentido. Porém, não nos esqueçamos do avesso, pois sabemos que se revirmos o tecido encontraremos um traçado menos regular, menos linear, mais emaranhado, não obstante igualmente imprescindível no que concerne à produção daquele trilhamento – o inconsciente.

A lembrança do avesso do traçado remete, como num salto, a um pequeno fragmento de Benjamin, contido no verbete *Caixa de costura*, parte do texto *Infância em Berlim...* (1995). Nele, Benjamin recorda seu fascínio infantil pelo afazer que sua mãe empreendia com uma maestria que, aos seus olhos de criança, a transformava numa rainha poderosa: a arte da costura. As crianças, por sua vez, nas noites de inverno, não resistiam à tentação de produzir uma identificação que pudesse lhes conferir tamanha majestade e se apossavam da caixa de costura para exercitar-se, fazendo passar a linha por seus papéis coloridos, bordando os contornos dos desenhos ali esboçados.

E à medida que o papel abria caminho à agulha com um leve estalo, eu cedia à tentação de me apaixonar pelo reticulado avesso que ia ficando mais confuso a cada ponto dado, com o qual, no direito, me aproximava da meta. (Benjamim, p. 129)

A paixão pelo avesso não é desconhecida daqueles que fazem atravessar sua formação pela psicanálise. Porém, antes de nos embrenharmos com mais minúcia neste terreno, convidamos a uma pequena detenção literária, pois, como nos disse Freud (1907), os literatos nos antecedem nos atos de desvendar – ou decifrar – os enigmas humanos.

Gostaria de compartilhar uma passagem, não tão breve, de um conhecido trecho de Proust, contido no livro *No caminho de Swann*. Trata-se da passagem que ficou notabilizada como o trecho das *madeleines*, tipo de biscoitos que o narrador degusta, após longo tempo sem fazê-lo, e cujo sabor lhe atualiza uma sensação à qual, primeiramente, não consegue atribuir a procedência. O texto é belíssimo e, numa reverência à sua forma, penso ser interessante retomá-lo como citação:

[...] levei à boca uma colherada de chá onde deixara amolecer uma madeleine. Mas no mesmo instante em que esse gole, misturado com os farelos do biscoito, tocou

meu paladar, estremei, atento ao que se passava de extraordinário em mim. Invadira-me um prazer delicioso, isolado, sem a noção de sua causa. [...] De onde poderia ter vindo essa alegria poderosa? Sentia que estava ligada ao gosto do chá e do biscoito, mas o ultrapassava infinitamente, não deveria ser da mesma espécie. De onde vinha? Que significaria? Onde apreendê-la? Bebi um segundo gole no qual não achei nada além do que no primeiro, um terceiro que me trouxe um tanto menos que o segundo. É tempo de parar, o dom da bebida parece diminuir. É claro que a verdade que busco não está nela, mas em mim. Ela a despertou mas não a conhece [...] Deponho a xícara e me dirijo ao meu espírito. Cabe a ele encontrar a verdade. Mas de que modo? Incerteza grave, todas as vezes em que o espírito se sente ultrapassado por si mesmo; quando ele, o pesquisador, é ao mesmo tempo a região obscura que deve pesquisar e onde toda a sua bagagem não lhe serve para nada. Procurar? Não apenas; criar. Está diante de algo que ainda não existe e que só ele pode tornar real, e depois fazer entrar na sua luz. [...]

Dez vezes é preciso que eu recomece, que me debruce para ele. E, a cada vez, a canseira que nos desvia de toda a tarefa difícil, de toda a obra importante, me aconselhou a largar aquilo, beber meu chá pensando apenas nos aborrecimentos de hoje, nos desejos de amanhã, que se deixam remoer sem fadiga. E de súbito a lembrança me apareceu. (Proust, 2002, p. 51-2, grifos nossos)

Vou tomar duas questões, das muitas que o texto traz. Primeiro, a idéia de criação que está implicada na memória. “Procurar? Não apenas; criar. Está diante de algo que não existe e que só ele [o espírito] pode tornar real, e depois fazer entrar na luz” (2002, p. 52). Como Proust lembra, ao se falar de memória não estamos falando de um traço de nosso passado que recuperamos sem perdas ou ganhos. Estamos diante de uma operação de criação. Rememorar não é apenas procurar, é também criar. Poderíamos até mesmo dizer que rememorar não é recuperar mas produzir. Produzir um trilhamento, através de nossa narrativa, em busca do traço mnêmico cujo desenho não está antecipado, se não que resta como efeito de um percurso. Claro está que os elementos que o psiquismo dispõe para desenhar este rastro não são infinitos, mas estão limitados pelo vivido do sujeito. Limitados, porém não antecipadamente determinados em termos das composições que dele emergirão. Nesse sentido, creio que os primeiros trabalhos de Freud mantêm uma atualidade impressionante ao compor memória e criação. Vou tomar a companhia de um deles.

No artigo chamado *Lembranças encobridoras* (1899), Freud se pergunta sobre por que algumas lembranças, aparentemente tão banais, permanecem registradas de forma tão intensa em nossa memória. Essa, aliás, é uma indagação recorrente em seu trabalho. Neste artigo ele vai se propor a pensar especialmente sobre uma categoria de lembranças. São aquelas memórias em que nos vemos, ainda crianças, em determinada cena. O peculiar destas recordações é o lugar desde o qual nos enxergamos. Nos assistimos tal qual um espectador externo à cena. Se acessássemos o traço de memória, tal qual inscrito em seu momento de percepção, não poderíamos, por certo, ver-nos, pois o ponto onde se situa nosso olhar não permite, por exemplo, obter a perspectiva na qual nos colocamos como adultos para relatar a visão que temos de nós mesmos, por exemplo, afastando-nos por uma pequena estrada, de mãos dadas com outro adulto, ambos vistos de costas...

Lembranças dessa ordem, no dizer de Freud, podem “ser tomadas como prova de que a impressão original foi elaborada” (Freud, 1899, p. 286) e constituem as chamadas lembranças encobridoras, ou seja, rememorações submetidas ao trabalho do inconsciente, assim como são submetidos os restos diurnos, elementos a compor nossos sonhos. Provocadora é a indagação que o autor se faz: “pode-se questionar se temos mesmo alguma lembrança proveniente de nossa infância [...]” (Freud, p. 286), ou se seriam todas as nossas lembranças recuperações de traços mnêmicos alterados pelo processo mesmo de trazê-los ao presente, sendo por obra desse processo recompostos, retranscritos, reescritos? Esse trabalho de trazê-los ao presente, (re)tecê-los com os fios do hoje, (re)olhá-los com a perspectiva construída ao longo do próprio processo de busca, permite enxergar ranhuras, quebras, saliências não antes vistas.

Retomemos um segundo elemento contido nesse belo trecho de Proust:

E, a cada vez, a canseira que nos desvia de toda a tarefa difícil, de toda a obra importante, me aconselhou a largar aquilo, beber meu chá pensando apenas nos aborrecimentos de hoje, nos desejos de amanhã, que se deixam remoer sem fadiga. E de súbito a lembrança me apareceu. (Proust, 2001, p. 52, grifos nossos)

É justamente quando Proust suporta perder a lembrança que procurava que ela aparece. Aparece de súbito. Aparece indicando a posição delicada que nos encontramos frente a nossa memória: somos somente em parte seu senhor. Seus caminhos seguem caprichos que estão fora do nosso comando. Podemos querer muito lembrar de algo e o esforço de fazê-lo, ainda assim, pode, de nenhum modo, aproximar-nos de nossa lembrança, ou, ao contrário, podemos muito querer

esquecer de algo que ainda assim teima em habitar nossas recordações. Nossa posição frente a nossa memória não é propriamente a de um dominador voluntarioso. Suportar a perda que implica esta posição é central no que diz respeito à própria condição de construir o lugar desde onde é possível lembrar. Suportar que algo pode ficar fora, ou ainda, que uma lembrança inoportuna pode se intrometer na narrativa de um acontecido, faz parte das condições de possibilidade de construção da memória.

Recordo aqui de um menino de dez anos que, diante da tarefa de contar à professora o que havia lido, retomava uma e outra vez a leitura do texto. Ao ser indagado sobre o que poderia dizer sobre o que leu, lia novamente o texto em alto e bom tom. Tratava-se de um menino para quem era insuportável a experiência de perder algo do texto lido, perda inerente à tarefa de falar do texto a partir de seu lugar de leitura, de interpretação. Para ele, por sua estruturação psíquica particular, perder implicava perder-se, possibilidade que não poderia arriscar.

Em qualquer operação de leitura está implicada uma certa perda, está implicada a condição de cada um de deixar cair a letra, de poder perder algo, para que, no lugar desta perda, possa advir o sentido como uma produção. Há sujeitos que não avançam na leitura pois não podem perder, não se permitem deixar cair nada. Como precisam fixar cada ponto lido acabam, paradoxalmente, por obra de uma colagem ao texto, sem poder recuperá-lo através da fala. Só podemos recuperar o que perdemos.

Achados e perdidos: da perda como condição da memória

Na operação de ler/interpretar o texto, de ler o mundo/contar a experiência, algo de uma perda se impõe. Perdemos o texto lido para escrever, enquanto leitores, o texto produto de nossa interpretação, tornando-nos, com isso, autores de um gesto de leitura. Perdemos o acontecido para construir a partir dele uma memória.

A condição da perda que sustenta qualquer possibilidade de produzir uma escrita da memória está inscrita até mesmo naquilo que se notabilizou como o método de escuta psicanalítico. Se é verdade que a Psicanálise se popularizou como uma prática da interpretação,³ não é menos verdade que esta prática deverá se alicerçar no exercício de um paradoxo: a atenção flutuante. Estar atento sem se fixar. Estar atento sem abrir mão da condição de se deixar levar. Deixar-se levar sem que isso implique uma dispersão.

Sabemos que Freud, no intuito de dar livre expressão ao inconsciente, iniciou sua prática clínica fazendo uso da hipnose, que logo abandonou por considerá-la insatisfatória a seus fins, substituindo-a pela proposição ao paciente da associação livre:

O que vai me dizer deve diferir, sob determinado aspecto, de uma conversa comum [...] Observará que, à medida que conta coisas, ocorrer-lhe-ão diversos pensamentos que gostaria de pôr de lado, por causa de certas críticas e objeções. Ficarà tentado a dizer a si mesmo que isso ou aquilo é irrelevante aqui, ou inteiramente sem importância, ou absurdo de maneira que não há necessidade de dizê-lo. Você nunca deve ceder a essas críticas, mas dizê-lo apesar delas [...] (Freud, 1913, p. 177)

Se ao paciente cabe a associação livre, do analista se espera a atenção flutuante. Forma de escutar o discurso sem nada privilegiar, sem em nada se deter, situando a atenção de modo livre para abrir espaço para uma sensibilidade que permita registrar o lapso, o ato falho, o tropeço na fala, a diferença de modulação do discurso, todos estes, modos preferenciais de o inconsciente se manifestar. Não se trata do exercício da distração ou de uma dispersão forçada, mas de um encontro com o outro no qual a antecipação, que uma atenção excessivamente focada poderia provocar, esteja suspensa. O analista precisa suportar e, mais do que isso, procurar ativamente produzir uma atenção sem antecipação, uma atenção capaz de acolher os desvios, as interposições, deixando-se propositalmente perder no labirinto dos trilhamentos que a fala do analisante vai tecendo. Como refere Benjamin (1995), “saber orientar-se numa cidade não significa muito. No entanto, perder-se numa cidade, como alguém se perde numa floresta, requer instrução” (p. 74).

A regra da atenção flutuante, imposta ao analista, acarreta a colocação em relevo de uma temporalidade própria à psicanálise. Pois, se ao analista é pedido que escute sem nada privilegiar é porque a psicanálise aposta no fato de que é num tempo “só-depois” – *nachträglich* – que os significantes podem ganhar significação. Essa perspectiva do tempo que, podemos dizer, tem estatuto de conceito na obra de Freud, altera a concepção ingênua de que a psicanálise proporia um determinismo daquilo que é cronologicamente anterior sobre o que é, nesse sentido, posterior. Ao contrário, experiências, impressões, ou traços de memória podem sofrer uma reorganização, uma retranscrição, em função de novas experiências, estabelecendo assim uma nova eficácia psíquica (Freud apud Masson, 1986).

A importância fundante do *a posteriori* se faz ver no texto de Freud de 1925, *A negativa*, onde este modo temporal de articular os acontecimentos, na sucessão que se supõe ser a que lhes ordena, é o operador não apenas do processo de inscrição psíquica do traço mnêmico, como também da estruturação do suporte psíquico onde esta inscrição se dará. Neste artigo, Freud vai (re)construir uma história que não pretende ser a metáfora de um desenvolvimento, mas sim uma referência a um momento inicial, mítico, em que o primeiro registro

de uma diferença, de uma cisão entre dentro e fora, se estabelece para o sujeito. Por um lado, tudo aquilo que é capaz de produzir prazer é, pelo sujeito, sentido como pertencente à dimensão do dentro, e, por outro, tudo o que é da ordem do desconforto é registrado como sendo-lhe exterior. Trata-se de um momento primordial no qual vemos atuar o eu-prazer a incorporar o que lhe dá prazer e a expulsar o que lhe confere desprazer. Freud se perguntará sobre as condições desta cisão que permite inaugurar espacialidades diversas.

Há, no começo, parece dizer Freud – mas “no começo” não quer dizer outra coisa, no mito, senão “era uma vez”... Nessa história, era uma vez um eu (entenda-se, aqui, um sujeito) para quem ainda não havia nada de estranho. A distinção entre o estranho e ele mesmo é uma operação de expulsão. (Hypolyte, 1953-54, p. 898)

Assim, se é possível ao sujeito referir-se a um fora como distinto dele próprio é porque houve, em algum momento, uma primeira operação de expulsão capaz de produzir essas duas instâncias numa certa tensão – fora/dentro; não-eu/eu. Isso porque, de início é preciso imaginar um tempo em que ela não existia. As origens desta cisão que permite a instauração do mecanismo que Freud chamou de juízo de atribuição, ou seja, a capacidade de o sujeito decidir sobre as características de algo, inscreve-se a partir de uma expulsão que funda duas instâncias em tensão, em um segundo momento, em relação ao que seria o da pura unidade, em que ainda não se verificaria a existência de um eu e de um não-eu.⁴

Seguindo em sua busca da gênese da capacidade de o indivíduo formar um juízo, Freud vai, neste texto, debruçar-se sobre a origem do que chamou de juízo de existência, a saber, a capacidade do sujeito para assegurar-se da existência ou não de uma representação na realidade. Segundo ele, tratar-se-á “mais uma vez de uma questão de interno e externo” (Freud, 1925, p. 298). Se no começo temos, como vimos, uma unidade mítica, a questão acerca da existência ou não de uma representação na realidade não se coloca, neste momento, para o sujeito – se é que podemos conferir-lhe esta denominação –, pelo simples fato de não haver algo como uma realidade interior em distinção a uma realidade exterior. Temos um contínuo, sem rupturas. Conforme Hypolyte: “O importante é que, no ‘começo’, dá na mesma, é indiferente saber se há ou não há. Há” (1953-54, p. 899).

Vale a pena atentarmos aqui para a precisão de Freud (1925): “contudo é evidente que uma precondição para o estabelecimento do teste de realidade consiste em que objetos, que outrora trouxeram satisfação real, tenham sido perdidos” (p. 299). A lembrança desta passagem mais uma vez nos remete à necessidade da perda para a

constituição do sujeito como lugar de sustentação de qualquer experiência, uma vez que, se o sujeito se encontra somente na presença do objeto, na sua afirmação, não lhe será viável construir a possibilidade de seu registro psíquico. Este somente se produz a partir de uma ausência, de uma negação do objeto. Será desde esta operação de ausência – perda – que ao sujeito será possível empenhar-se no processo de procurar reencontrar o objeto perdido, ausente. É a negação do objeto primordial que cria o espaço para o teste da realidade. Assim, a própria afirmação, enquanto inscrição do traço psíquico, é segunda em relação a uma perda que lhe antecedeu. É da perda que surge a afirmação. Mas como perder o que nunca esteve aí – enquanto afirmação? Como produzir a expulsão para um “fora” que não existia antes mesmo da operação que o fundou? Como referir-se a um “dentro” enquanto lugar de proveniência de uma expulsão, se esta proveniência é mais resultante do que origem? A afirmação, o dentro, se inscreve como primeiro em relação à negação, ao “fora”, somente por obra do *a posteriori*. Paradoxos da estruturação do sujeito, paradoxos da inscrição do traço psíquico, paradoxos que operam no jogo de achados e perdidos da memória.

Assim, no trabalho de investigação que faz acerca da constituição dos juízos de atribuição e existência, ao longo do texto de 1925, Freud acaba por, mais uma vez, propor a inexistência de uma diferenciação interior/exterior como ponto de partida para o sujeito. Tal diferenciação se inscreverá miticamente, por obra de algo que poderia ser tomado como uma primeira expulsão, como um momento em que alguma coisa é lançada a um espaço fora e, ao percorrê-lo, instaura esta trajetória como habitando uma espacialidade/alteridade que passa a ter um registro para o sujeito. Assim, em um tempo a posteriori, a diferença cavada por um movimento de expulsão funda retroativamente um interior como tendo estado na origem deste movimento expulsivo. Se algo foi expulso deve ter sido de algum lugar; porém este lugar só se inscreve como originário após o referido ato de expulsão. Tal origem se constrói, então, num tempo retroativo, não está aí desde o princípio. Restou inscrita por uma expulsão primeira. Este modo de inscrição dirá respeito à forma de constituição dos espaços do sujeito e do “fora” e se reeditará a cada novo passo.

Lacan (1959-60), ao retornar ao trabalho de Freud sobre a memória contido no *Projeto para uma psicologia científica* (1895) refere:

das Ding [a Coisa] é o que se apresenta e se isola, como o termo estranho em torno do qual gira todo o movimento da Vorstellung [representação]. [...] Esse das Ding, nós o reencontramos na Verneinung [A Denegação (1925)]. Das Ding deve, com efeito, ser identificado com a tendência a reencontrar, que para Freud, funda a orientação do sujeito humano em direção ao

objeto. [...] Mas esse objeto, em suma, nunca foi perdido, apesar de tratar-se essencialmente de reencontrá-lo. Nessa orientação em direção ao objeto, a regulação da trama, as Vorstellungen, atraem-se uma à outra segundo as leis de uma organização de memória, de um complexo de memória de uma Bahnung [trilhamento]. (p. 76)

Lacan articula aquilo que lê no *Projeto* (1895) de Freud ao texto da *Negativa* (1925), por nós acima retomado. Articula estas leituras através do conceito de *das Ding* – a Coisa. Referido conceito terá importância central na reflexão de Lacan sobre a Ética. A Coisa, diferente do objeto, não tem materialidade significante, ela é muda, constituindo aquilo que há de não assimilável na ordem da percepção. Porém, não obstante seja muda, todo o movimento de representação encontrará seu motor na busca por representá-la. Falamos (pensamos, escrevemos...) sem parar porque aquilo que queremos dizer nos escapa, mais uma vez, a cada palavra dita. *Das Ding* é para Freud o objeto que, embora nunca tenhamos encontrado, tomamos como perdido. Como efeito da procura por *das Ding*, desenha-se a trama das representações através dos caminhos percorridos pela memória. Todas as representações, porém, são equidistantes em relação à Coisa pois, justamente, constituem-se como representação na medida em que não podem presentificar o objeto, na medida em que estão no lugar daquilo que se perdeu do objeto. A representação é, ao mesmo tempo, a presença e a ausência do objeto. Se o objeto se fizesse totalmente presente não se poderia inaugurar a distância que instaura a ordem da representação. Por outro lado, se estivesse totalmente ausente, não se colocaria em marcha o movimento em busca de seu (re)encontro. O “objeto, não nos é dito que ele tenha sido realmente perdido. O objeto é, por sua natureza, um objeto reencontrado. Que ele tenha sido perdido é a conseqüência disso – mas *só-depois*” (Lacan, 1950-60, p. 149, grifo nosso).

Lacan (1959-60) irá, ao longo de sua discussão sobre a Ética, pontuar que “toda verdade tem uma estrutura de ficção” (p. 22). Isso o levará a discutir o estatuto da realidade em Freud:

não é que (em Freud) a realidade seja aí colocada em questão – não é certamente colocada em questão no sentido que os idealistas puderam fazê-lo. Ao lado de Freud, os idealistas da tradição filosófica não são mais que bagatela, pois, no fim das contas, essa famosa realidade, eles não a contestam seriamente, eles a domam. O idealismo consiste em dizer que somos nós que damos a medida da realidade, e que não se deve buscar para além disso. É uma posição reconfortante. (p. 43)

Esta, pois ela não descentra, em absoluto, o lugar da realidade, mas, ao contrário, recoloca sua centralidade.

Com Freud se tratará, pois, de questionar esta centralidade, de questionar a própria noção de uma centralidade de onde algo emanaria. No centro da experiência freudiana não encontramos nada. Se regredíssemos, descascando cada camada de nossa experiência psíquica, chegaríamos a um oco, a um centro onde nada está. Nosso psiquismo não se assemelha a uma azeitona em cujo centro habita a consistência densa de um caroço. E já que estamos nas metáforas alimentícias, lembremos da utilizada por Freud: no centro de nosso aparelho psíquico encontramos o mesmo que encontramos no centro de uma cebola.

Das Ding, a Coisa, permite a Lacan pensar este centro estranhamente excluído, este centro que é um fora, essa topologia interessante referida por Freud como a de algo excluído em seu interior. Diz Lacan (1959-60):

das Ding está justamente no centro, no sentido de estar excluído. Quer dizer que na realidade, ele deve ser estabelecido como exterior; esse das Ding, esse Outro pré-histórico impossível de esquecer, do qual Freud afirma a necessidade da posição primeira sob a forma de alguma coisa que é alheia a mim, embora esteja no âmago desse “eu”. (p. 91-92)

Mesmo constituindo o âmago do sujeito, a Coisa não pode nunca ser alcançada na medida em que está presente enquanto algo que lhe é excluído.

Se aquilo que está no centro sempre nos escapa, ao mesmo tempo nos impulsiona a seguir trilhando em sua busca; se a origem de nossos percursos não é um centro mais ou menos denso e estático de bons motivos para nossos atos; se no nosso âmago entramos num vazio, numa perda que tem como conseqüência a possibilidade de estabelecer trilhamentos que encerram a potência do novo; se faz algum sentido isso que Freud e Lacan nos ensinaram, as bordas que os trilhamentos de nossa memória desenharam neste vazio são conseqüência do modo como estabelecemos estes percursos de escrita de uma memória, de escritura psíquica, cujo comando do traçado só em parte nos pertence, pois o bordado desta trama também conta com as resistências, detenções, impulsividades de seu avesso. Mesmo que não sejamos os únicos senhores destas canetas, o traço de nossa história é da responsabilidade de cada um. Somos sempre e de qualquer forma responsáveis pela narrativa que construímos, pela experiência que tecemos. Não é à toa que Lacan escolheu retomar este significante, ao qual deu um estatuto de conceito, *das Ding*, num seminário em que se dedicou a pensar a ética da psicanálise.

Parar para pensar, escrever as bordas de um vazio

Parar para pensar e contar a vida, contar e se contar nela, é escolher caminhos – e ser por eles escolhidos – no percurso que a memória abre. O desenho

que temos ao final deste trilhamento é de nossa autoria, muito embora não tenhamos em relação a ele o completo domínio – inelutavelmente, ele não sai como tínhamos antecipado. Isso porque somos também falados por nossa fala, por nosso conto contados; e nesse “entre” que se abre na distância que separa o lugar do narrador e o dos contornos de seus argumentos é que aparecemos como sujeitos de uma experiência. Como sujeitos responsáveis por uma experiência.

Quero chamar a atenção para a responsabilidade, pois o fato de não termos, em relação aos contornos que nossa narrativa toma, total domínio da mesma, não nos exime da responsabilidade. Temos de suportar a posição de perda que a construção da memória implica, pois somos responsáveis pelo que se cria no lugar disso que foi perdido. Complexa posição. Nesse ponto, vale lembrar Lacan (1964): “o inconsciente não é ambigüidade de condutas, futuro saber que já se sabe por não se saber, mas [é] lacuna, corte, ruptura que se inscreve em certa falta” (p. 146). É porque algo permanece como lacuna, lacuna impossível de ser preenchida, que seguimos pensando e inventando.

Notas

- ¹ Referido texto foi revisado e ampliado, porém optou-se por manter o compasso que lembra os rumores de uma fala, sua forma original.
- ² Referência ao desenho animado da *United Productions of America*, em que o personagem quase cego vaga pela cidade, sempre à beira de um acidente, sem que o perceba e sem que nada lhe aconteça.
- ³ Vale pontuar que situar a perda como constituinte da memória tem como consequência deslocar a interpretação na psicanálise de qualquer campo que se aparente à hermenêutica.
- ⁴ Vale aqui lembrar uma passagem do texto de Freud (1915) *Os instintos e suas vicissitudes (as pulsões e seus destinos)*: “Originalmente, no próprio começo da vida mental, o ego é catexizado com as pulsões, sendo, até certo ponto, capaz de satisfazê-las em si mesmo. [...] Nessa ocasião, o mundo externo não é catexizado com interesse. [...] Na medida em que o ego é auto-erótico, não necessita do mundo externo, mas, em consequência das experiências sofridas pelas pulsões de autopreservação, ele adquire objetos daquele mundo, e apesar de tudo, não pode evitar sentir como desagradáveis, por algum tempo, estímulos pulsionais internos. Sob o domínio do princípio do prazer ocorre agora um desenvolvimento ulterior no ego. Na medida em que os objetos que lhes são apresentados constituem fontes de prazer, ele os toma para si próprio [...]; e, por outro lado, expõe o que quer que dentro de si mesmo se tome uma causa de desprazer” (p. 157).

Sobre a autora:

Simone Moschen Rickes é psicanalista, membro da Associação Psicanalítica de Porto Alegre (APPOA), doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e professora do Departamento de Estudos Básicos, da Faculdade de Educação da UFRGS.

Referências

- BENJAMIN, Walter. *O narrador*. Considerações sobre a obra de Nicolai Leskov. Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1996. p. 197-221. (1936).
- _____. *Infância em Berlim por volta de 1900*. Obras escolhidas II: rua de mão única. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- FREUD, S. *Projeto para uma psicologia científica*. Ed. Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1974. (1895).
- _____. *Lembranças encobridoras*. Ed. Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1974. (1899).
- _____. *Delírios e sonhos na “Gradiva” de Jensen*. Ed. Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1974. (1907).
- _____. *Sobre o início do tratamento*. Ed. Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1974. (1913).
- _____. *Conferências introdutórias – Introdução*. Ed. Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1974. (1915).
- _____. *A negativa*. Ed. Standard das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1974. (1925).
- HYPOLITE, J. Comentário falado sobre a “Verneinung” de Freud. In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. (1953-54).
- LACAN, J. *A ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. (1959-60).
- _____. *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. (1964).
- LARROSA Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, n. 19, jan./fev./mar./abr. 2002.
- MASSON, Jeffrey Moussaieff. *A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess: 1887-1904*. Rio de Janeiro: Imago, 1986.
- PROUST, Marcel. No caminho de Swann. In: _____. *Em busca do tempo perdido*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.